



**CONFERÊNCIA
MUNICIPAL DE**

SAÚDE

LAGOA SANTA-MG

DOCUMENTO ORIENTADOR DE APOIO AOS DEBATES DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA SANTA-MG

O Conselho Municipal de Saúde (CMS), órgão vinculado e deliberativo da Secretaria Municipal de Saúde, deliberou pela realização da X Conferência Municipal de Saúde em 2017 com o tema Central: *“Construção histórica do SUS em Lagoa Santa: acesso e integralidade, desafios de uma saúde para todos.”*

A temática deve incorporar os diferentes significados e signos. Saúde Pública como direito de cidadania, em contraposição à mercantilização e privatização. Saúde pública de qualidade, visando à superação das desigualdades, entre as diversidades da população e incorporando o modelo de regionalização dos espaços do município, à organização e à humanização nos serviços de saúde de modo a atender as necessidades dos usuários e ampliar a Clínica e o acesso, como forma de garantir a integralidade.

Cuidar bem das pessoas mediante a realização e a valorização do trabalho multiprofissional e interdisciplinar, a transformação das práticas de saúde, bem como a superação de iniquidades que afetam de forma diferenciada os usuários, o enfrentamento ao racismo, sexismo e intolerância às diversidades; reafirmando assim, a saúde como direito fundamental do povo Lagoa Santa e condição para a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano do município. Incorporar a gestão do SUS de Lagoa Santa à trilogia: descentralizar para conhecer, Regionalizar para governar e Ampliar a clínica para cuidar. Desta forma, a centralidade da Gestão democrática do SUS que deve percorrer a democracia participativa, cooperativa e solidária.

O Conselho Municipal de Saúde é signatário dos compromissos do Conselho Nacional de Saúde e também reafirma o papel das conferências como processo político mobilizador de caráter reflexivo, avaliativo e propositivo, não devendo ser visto meramente como um evento. Diante disso, na X Conferência Municipal de Saúde, o CMS propõe incentivar o princípio da paridade entre os atores sociais, políticos e culturais sem comprometer a paridade entre os segmentos; superar as barreiras de acessibilidade às pessoas com deficiência; garantir acesso humanizado. Recomenda também a participação dos movimentos sociais e populares não institucionalizados, conforme estabelece o Regimento da X CMS – Conferência Municipal de Saúde.

O ambiente político-social no qual acontecerá a conferência é desafiador. O país enfrenta uma crise econômica e política que favorece propostas conservadoras (a redução da maioria penal e redução dos direitos sociais dos trabalhadores) e antidemocráticas, as quais colocam em risco os pilares do Estado de Direito e os avanços políticos e sociais das últimas décadas. O momento exige o compromisso efetivo do Estado, dos governos e da sociedade na defesa da democracia e da cidadania.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das principais conquistas sociais, fruto da luta do povo brasileiro. Um balanço dos últimos 27 anos evidencia o quanto a situação de saúde da população brasileira melhorou após a criação do SUS. Contudo, problemas econômicos, políticos e sociais ainda não equacionados colocam em risco a sua consolidação, pois o sistema é subfinanciado e está sob o revés do campo da macro e microeconomia e a concentração de recursos na União e nos estados geram uma sobrecarga de responsabilidade para os municípios.

Ao mesmo tempo, o sistema tem sofrido ataques de setores conservadores, de parte da mídia e do Mercado, visando a sua destruição. Por isso, conhecer o SUS é pressuposto para sua defesa, em especial da população. O movimento sanitário precisa ser revitalizado como forma de ser protagonista de uma ampla agenda e ação política firme e articulada, a exemplo do processo de redemocratização da nação. É preciso impedir a desconstitucionalização do SUS, mas é preciso que o SUS seja, de fato, patrimônio do povo brasileiro!

Como resultado, espera-se ampliar a representação dos sujeitos participantes, renovar as atitudes e implicar a democracia participativa. A reorganização e o formato do controle social perpassam pela reconstrução dos Conselhos Regionais de saúde em Lagoa Santa como forma de qualificar o processo e ampliar os debates e deliberações; e, estrategicamente, aprovar prioridades dentre as diretrizes e ações que possam influenciar e incidir na formulação do novo Plano Municipal de Saúde e contribuir com os planos Plurianuais do governo para o período 2018-2021.

Aprioridade central da X Conferência Municipal de Saúde é ampliar as temáticas do SUS em Lagoa Santa: Descentralização, Regionalização e Clínica Ampliada e Linhas de Cuidado. As etapas das Pré Conferências Regionais e dos trabalhadores terão como produto social a recriação dos Conselhos Regionais de saúde como espaços de atuação do controle social e de instâncias de cogestão do SUS de Lagoa Santa nos espaços das quatro regionais de saúde.

Vale ressaltar que, por meio das conferências de saúde, a população terá direito de falar, devendo ser ouvida para promover mudanças e melhorar o Sistema Único de Saúde, a começar pela realidade local.

Este documento Orientador pretende auxiliar a reflexão e o debate dos temas da X Conferência Municipal de Saúde, com a possibilidade de produzir os novos documentos que fundamentaram o Plano Municipal de Saúde e a Carta: “Saúde para o povo de Lagoa Santa”. As Recomendações, Resoluções, Manifestos e Moções Públicas são documentos que serão aprovados pela Plenária Geral da Conferência.

Da mesma forma, este documento também oferece, em cada Eixo Temático, algumas questões problematizadoras que deverão nortear os debates nas conferências livres, rodas de conversa, grupos de discussão e na etapas deliberativas municipal, estadual e nacional.

EIXO TEMÁTICO CENTRAL

O SUS de Lagoa Santa: Descentralizar para conhecer, regionalizar para governar e ampliar a clínica para cuidar.

A descentralização – É fundamental na democratização do acesso aos serviços de saúde. É, sobretudo, a reaproximação verdadeira das demandas sociais da saúde. No campo das ciências sociais e da saúde a garantia do acesso se configura como uma premissa que deve ser cara para a gestão, os trabalhadores e os atores sociais.

A redistribuição de poderes por parte da gestão, o comprometimento das equipes de cuidado e fundamentalmente o processo de apropriação dos usuários dos equipamentos em seus “locus estratégicos”, este também chamado de área adscrita, tornam-se imperativos do processo de descentralização. O referencial da descentralização é uma tomada de decisão político-administrativa como forma de induzir para a repartição de responsabilidade de todos; gestão, trabalhadores e usuários do SUS.

A Regionalização – É uma matriz que deve sustentar a descentralização. Através do rico escrutínio como um mosaico de informações epidemiológicas, e nos possibilitará olhar para os recortes dos territórios sob ângulos ampliados para além das tradicionais áreas adscritas da estratégia da Saúde da Família - ESF. A regionalização não deve negar a historicidade e o acúmulo que a ESF nos apresenta, contudo, deve ampliar o olhar para a questão como demanda real, acessibilidade aos níveis de maior complexidade, em especial da média e, sobretudo a otimização dos escassos recursos do SUS.

A conformação de espaços regionais é uma forma de otimizar a nossa capacidade de oferta de serviços, aproximar as equipes da ESF e os recursos da média complexidade, garantir uma governança dos meios de comunicação e logística e ampliar as escutas de trabalhadores e dos usuários do SUS.

Ampliação da Clínica e as Linhas de Cuidado – Este tem sido um dos maiores desafios do SUS, seja pela ausência de uma política diretiva, seja pelo desconhecimento e/ou descomprometimento dos cuidadores e, mais ainda, pela ausência de processos de trabalhos pautados na democratização do debate, solidariedade dos atores e pela perversa carteira de metas que na maioria das vezes não implica para os usuários SUS na resolução de suas demandas. Mas é inexoravelmente um conjunto de prioridades desfocadas da demanda social da população e a negação das iniquidades históricas que a nação tem com seu povo. Ainda convivemos com as portas dos hospitais e pronto socorros cheios de pacientes que procuram aliviar suas dores. Nos últimos anos a política de atenção básica perdeu força pelo seu desfinanciamento, ausência de política de carreira e a terceirização. Mas a falta de qualificação dos trabalhadores e desarticulação da Rede de assistência coloca a Estratégia Saúde da Família como modelo fragilizado e pouco resolutivo. O processo de ampliação da clínica centrada em linha de cuidado e na construção coletiva dos processos de trabalho e investimento em equipamentos, insumos e apoio diagnóstico implica na valorização deste importante nível de atenção.

EIXOS TEMÁTICOS TRANSVERSAIS

Reformas Democráticas e Populares do SUS em Lagoa Santa

Fortalecer o Controle Social do SUS de Lagoa Santa através da formação, capacitação e reorganização do Conselho Municipal de Saúde. A recriação dos Conselhos Regionais das Regiões Norte, Sul, Centro-Oeste e Leste. Implantação da Secretaria Executiva como forma de articulação dos atores sociais, trabalhadores da saúde e dos movimentos sociais do município. Avançar nas reformas do sistema de saúde de Lagoa Santa é uma questão de superar o abismo entre o direito formal de “saúde para todos” e o direito real de “ter saúde com tantas iniquidades e subfinanciamento do SUS” e que não podem mais ser postergados, para que o acesso e a integralidade possam ser percursos de uma política pública de saúde. Para tanto precisamos inovar a gestão, qualificar os trabalhadores e construir uma agenda de mobilização e de defesa do SUS que tenha o apoio do povo impulsionando as autoridades, os governantes e a população, em torno da defesa incondicional do SUS.

Democratização dos meios de acessos aos serviços de saúde

A recondução do caráter público da saúde e a melhoria da regulação democrática das redes de atenção perpassa pela construção de um modelo de gestão da REDE que possa implicar melhoria do acesso, direito a informação, garantia da acessibilidade, qualidade, conforto, resolubilidade e garantia da integralidade. A politização da saúde sem que seja partidária e sectária para não excluir, mas ao contrário, seja ampla e plural. Mobilizar os segmentos da mídia como a internet, televisão, rádio e jornais a fim de que se tornem forças que mobilizem e amplie o acesso aos serviços de saúde e fundamentalmente impliquem em meios de controle sociais do SUS de Lagoa Santa.

Enfrentamento das desigualdades e iniquidades na saúde, em defesa dos princípios constitucionais do SUS;

A otimização do processo de trabalho através da regionalização (Norte, Sul, Centro-Oeste e Leste) da gestão dos serviços de saúde busca reduzir as mortes por doenças crônicas (Hipertensão, diabetes, AIDS, etc) que poderá, através de uma rede articulada e horizontalizada ampliar a qualidade e o acesso ao cuidado na atenção primária e da média complexidade através das Policlínicas articuladas com as equipes do ESF e dos NASF – Núcleo de Saúde da Família e o matriciamento das REDES de forma democrática, cooperativa e solidária. A redistribuição e a otimização dos recursos disponíveis na alta complexidade, centros de referência e a sistematização da eleição de medicamentos em consonância com o perfil epidemiológico são premissas que implicam recursos.

A perspectiva de que o SUS é um sistema de caráter constitucionalmente universal em um país de muitas iniquidades e sobremaneira de escassos recursos e investimentos, faz da regionalização, na lógica de escala e de escopo uma solução de gestão destas demandas. Então, estas questões são, para a gestão e seus trabalhadores, dilemas que poderão ser objeto de efetivo manejo de recursos, tecnologias e compromissos que se pautam na construção de novos processos de trabalho.

EIXOS TEMÁTICOS

Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade.

Nestes vinte e cinco anos do SUS, muitos são os avanços e vários são os desafios a serem superados para que possamos ter serviços que atendam plenamente a população. Sabe-se, contudo, que ainda são muitos os reclames sociais em razão da insuficiência dos serviços, da garantia de qualidade no atendimento e de muitos outros problemas que exigem urgentes respostas dos agentes públicos e políticos.

A saúde constitui um conjunto de políticas públicas nas áreas de moradia digna, transporte, segurança, alimentação de boa qualidade e em quantidade suficiente, saneamento Básico, serviços públicos de qualidade, processos pacíficos de intermediação e resolução de conflitos, e relações ambientais sustentáveis.

Depende ainda de um ambiente social fundado no respeito aos direitos humanos de mulheres e homens em todas as fases da vida, na valorização da cooperação e da solidariedade, no respeito à diversidade sociocultural e étnico-racial, na superação do racismo, e no respeito à diversidade sexual e de gênero. Ou seja, a construção da saúde perpassa pelo conjunto de políticas públicas e somente se efetivará com a articulação de todos os setores do governo e da sociedade. No campo das políticas de saúde é preciso fazer a travessia para além do subfinanciamento e falta de comprometimento de grande parte da classe política e do Mercado. É imperiosa a necessidade de dar espaço para demandas e agendas dos grupos sociais mais vulnerabilizados e socialmente marginalizados, como a população que vive nas zonas rurais, aglomerados, em situação de rua, as populações dos assentamentos rurais e urbanos e as pessoas com sofrimento mental, necessidades especiais e àqueles que vivem em conflito com a Lei, também para aqueles que sofrem com o abuso do álcool e outras drogas e bem como os que sofrem com toda sorte de discriminação e exclusão moral, econômica e social.

Também é fundamental garantir a todos os usuários independente da renda e condição social, mas também permeada por outros fatores sociais e econômicos, como gênero, etnia, orientação sexual, deficiências, patologias, credos, acesso a informação e localização geográfica. Esses e outros sujeitos sociais, que vivem à margem do sistema de cidadania formal, necessitam ter o seu direito à saúde reconhecida por todas e todos e garantido pelo Estado. Sendo assim, as distinções fundadas nessa estratificação precisam ser superadas e as necessidades específicas de saúde dessas Usuárias e Usuários devem deixar de ser ocultas e ganhar visibilidade.

Os desafios políticos relacionados à promoção e proteção da saúde são da mesma natureza dos desafios da atenção, e nem sempre convergem nas mesmas direções e sentidos. É preciso avaliar e refletir a partir das demandas trazidas pelas comunidades, sobre como se dá o acesso à saúde e sobre a qualidade do serviço prestado. Faz-se necessário melhorar a distribuição desigual dos equipamentos de saúde no município e observar as desigualdades em cada uma das regionais e das comunidades mais distantes do eixo central do município Centro da cidade como Lagoinha de Fora, Aeronautas, Vista Alegre e Lapinha.

Conselho Municipal de Saúde Lagoa Santa - MG.

Lagoa Santa - MG, 21 de Junho de 2017.



**Secretaria
de Saúde**



**P R E F E I T U R A
LAGOA SANTA**